



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GESTÃO EM COOPERATIVAS**

VANESSA GOMES DE CASTRO

**A VISÃO DAS MULHERES EMPREENDEDORAS NO MERCADO MUNICIPAL DE
ARAGUAÍNA SOBRE O PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**ARAGUAÍNA-TO
JUNHO/2016**

VANESSA GOMES DE CASTRO

**A VISÃO DAS MULHERES EMPREENDEDORAS NO MERCADO MUNICIPAL DE
ARAGUAÍNA SOBRE O PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso Tecnólogo em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Tocantins, como para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão em cooperativas.

Orientadora: Profa. Msc. Clarete de Itoz

Aprovada em: 23 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora - Profa. Msc. Clarete de Itoz

Profa. Msc. Letícia Lima de Freitas

Profa. Especialista Giane Lourdes Alves de Souza Figueiredo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

C355v Castro, Vanessa Gomes de .

A visão das mulheres empreendedoras no mercado municipal de Araguaína sobre o plano nacional de políticas públicas: A visão das mulheres empreendedoras no mercado municipal de Araguaína sobre o plano nacional de políticas públicas . / Vanessa Gomes de Castro. – Araguaína, TO, 2016.

23 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Gestão de Cooperativas, 2016.

Orientadora : Clarete de Itoz

1. Plano Nacional de Políticas para Mulheres. 2. Relações de Gênero e Trabalho. 3. Relato de experiências de mulheres empreendedoras. 4. Políticas focalizadas . I. Título

CDD 334

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo relatar a visão das mulheres empreendedoras no mercado municipal de Araguaína, sobre o plano nacional de políticas públicas para mulheres. Desta forma, apresenta-se, por meio de revisão bibliográfica, como se desenvolveram as relações de trabalho das mulheres, bem como a sua maior participação no contexto histórico, à partir da Revolução Industrial. Buscou-se também, delinear a explanação geral acerca do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, com o foco em políticas públicas voltadas para o fomento no mercado de trabalho que proporcionem uma maior inserção da mulher nesse contexto, bem como outras políticas que viabilizem sua permanência, através de programas de capacitação e inclusão social, com base na investigação da abrangência das políticas públicas contidas no Plano. Através de relatos de experiências realizados no mercado municipal de Araguaína, que foram gravados e em seguida transcritos, conheceu-se um pouco da realidade dessas, bem como seu conhecimento acerca dos benefícios que o plano nacional de políticas públicas trazem às mulheres. De acordo com os resultados das análises, notou-se que 55,55% delas trabalham em média há vinte anos no mercado, e que em sua maioria (77,77%), estão satisfeitas com seu trabalho, sendo esta sua principal fonte de renda, apesar de 88,88% delas não conhecerem as políticas que são explanadas no PNPM, e apenas 11,11% tiveram acesso à programas como o Minha Casa Minha Vida. Assim, o presente trabalho poderá contribuir na demonstração da deficiência do amparo das políticas públicas, apontando carências, para que todos os esforços possam chegar à quem realmente precisa.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho, políticas públicas, mulher, gênero.

ABSTRACT

This study aims to report the vision of women entrepreneurs in the municipal market Araguaína-TO on the national plan of public policies for women. Thus, it appears, through literature review, as developed women's labor relations, as well as their greater participation in the historical context of the Industrial Revolution. It sought to delineate a general explanation about the National Policy for Women Plan, with a focus on public policies to promote the labor market to provide greater integration of women in this context, as well as other policies that support their stay through training programs and social inclusion, based on the investigation of the scope of public policy contained in the Plan. Through experience reports made in the municipal market Araguaína, which were recorded and then transcribed, knew a little of the reality of these, as well as their knowledge of the benefits that the national plan for public policies bring to women. According to the analysis results, it was noted that 55.55% of them work an average of twenty years in the market, and mostly (77.77%) are satisfied with their work, which is their main source of income, while 88.88% of them do not know the policies that are explained in the PNPM, and only 11.11% had access to programs such as My home, my life. Thus, this work can contribute in the statement of support failure of public policy, pointing out deficiencies, so that all efforts can reach those who really need.

KEY WORDS: work, public policy, women, gender.

LISTA DE ABREVIATURAS

PNPM – Plano Nacional de Políticas para Mulheres

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PME – Pesquisa Mensal do Emprego

SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres

PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

CNPM – Conferência Nacional de Políticas para Mulheres

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, nota-se uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, em diversos setores da economia, (IBGE, 2012, p. 05) seja ele formal, ou informal, como é o caso do mercado municipal de Araguaína, objeto de pesquisa deste estudo. Buscou-se demonstrar como se construíram as relações de gênero e trabalho, através da inserção da mulher nesse contexto, em face das dificuldades enfrentadas na conciliação da vida pessoal, com os afazeres domésticos e até mesmo da formação profissional.

Procurou-se então, a exposição da importância de políticas públicas focalizadas para as mulheres, no sentido de minimizar as desigualdades existentes, principalmente no que diz respeito ao trabalho, além de explanar sobre as políticas dispostas no Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Para tanto, obteve-se relatos de experiências de mulheres empreendedoras no mercado municipal de Araguaína, que mostraram os benefícios e as dificuldades do trabalho empreendedor, à partir de experiência de vida das mulheres que conseguiram a independência econômica e financeira, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas.

A partir dessa realidade levantada, percebe-se que se faz necessário a inserção de políticas públicas focalizadas, através do Governo Federal, Estados e Municípios, juntamente com diversos ministérios, como Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e a Casa Civil. A Secretaria Especial de Políticas para Mulheres diz:

Políticas públicas se constituem em uma das formas de interação e de diálogo entre o Estado e a sociedade civil, por meio da transformação de diretrizes e princípios norteadores em ações, regras e procedimentos que (re)constróem a realidade. Sua articulação com a perspectiva de gênero é recente (Bandeira e Almeida, 2004). Historicamente, tais políticas eram desenhadas e aplicadas por grupos sociais que dominavam a sociedade – a elite política geralmente composta pelos homens brancos, heteronormativos, com alta escolaridade, concentração de renda e de forte inserção social. As vozes e experiências originadas fora dessa esfera do poder hegemônico não eram consideradas legítimas, uma vez que o Estado não as qualificava como uma questão em seu horizonte de atuação. As mulheres não estavam presentes na política, nem na tomada de decisões, tampouco como suas destinatárias específicas. (BRASIL a, S.D, p. 02)

Dessa forma, analisou-se o contexto social e o conhecimento que as mulheres empreendedoras do mercado municipal de Araguaína, tinham sobre as políticas públicas voltadas para elas. Quando indagadas sobre o Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (PNPM) percebeu-se que muitas delas não, conheciam essas políticas voltadas para

mulheres, notando assim, que deverá haver mais ação do poder público para sua divulgação; observando ainda, que poucas se beneficiavam ou usavam diretrizes a seu favor.

Um aspecto interessante do PNPM, se dá justamente no fato da sua ampla área de atuação, sendo este dividido em eixos e planos de ação, pois apenas refletindo em sua totalidade, é possível alcançar avanços necessários ao desenvolvimento das mulheres, na universalidade das políticas.

No entanto, o objetivo deste artigo é mostrar os planos de ação do PNPM no âmbito do trabalho das mulheres, em que, através de relatos se buscou emergir as reflexões como um todo e individualmente, das experiências tanto pessoais quanto profissionais, e mostrou a força e a beleza de suas narrações, mesmo cercadas por desafios e dissabores.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Relações de Gênero e Trabalho

As relações de gênero e trabalho, bem como a participação da mulher no orçamento familiar e na sociedade civil como um todo, demonstraram as discrepâncias entre homens e mulheres na atual conjuntura do mercado de trabalho. Tais percepções são associadas ao modo como essas relações se estabeleceram, e como se situou o papel da mulher nas relações de trabalho, até mesmo nos relatos mais antigos.

Segundo Macedo (2002) entende-se que o controle das relações e decisões da sociedade era um papel designado aos homens, e que a mulher era vista como um ser mais frágil, desde a idade média até a contemporaneidade, evidenciado em símbolos:

A definição dos papéis e dos lugares das duas “metades” encontra-se expressa nos próprios símbolos que as designavam: o homem, a espada; a mulher a roca. Ao homem, um símbolo de força, virilidade e violência; à mulher um símbolo do trabalho doméstico, consubstanciado na imagem de um instrumento para fiar tecidos. Ao homem, o símbolo de uma atividade realizada nos campos de batalha; às mulheres, o símbolo de uma tarefa realizada na vida privada. Trata-se evidentemente de um estereótipo, de uma ideia desmentida pela realidade histórica, mas, como se sabe, por vezes, os preconceitos nutrem-se de ideias comuns, como aquela, reproduzida ainda hoje, que afirma: desde que o mundo é mundo, as coisas são assim (...) (MACEDO, 2002 p. 10).

À partir desse contexto pode-se desenhar a ideia de como se dão as relações sociais ao se analisar o aspecto do gênero e, conseqüentemente a disposição dos papéis nesse

âmbito. E assim, não é de se estranhar que o desígnio de “sexo frágil” seja disposto sob a mulher, onde acredita-se que os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos, sejam funções melhores executadas por elas, e que talvez, ela não consiga executar os afazeres domésticos com as atividades fora de casa.

Um dos fatores principais da inserção formal da mulher no mercado de trabalho se deu na Revolução Industrial no século XIX, pois à partir disso não se faz tão necessário o uso da força corporal, devido à automação das atividades fabris (MARX 1971 *apud*, NOGUEIRA 2004, p 10).

Dessa forma, aumentava cada vez mais a participação feminina no processo produtivo. A maior participação feminina nessa nova conjuntura mercadológica, não anula o fato de que as mesmas sempre realizavam diversas outras atividades informais para sua subsistência (JOAN W. SCOOT 1994 *apud* NOGUEIRA 2004, p 14). Ou seja, percebe-se que apesar de ter por “obrigação” naturalizada no decorrer dos anos à tomar partido dos afazeres domésticos, o cuidado com os filhos e o marido, a mulher foi sim à luta por condições de vida melhores, seja através do trabalho formal ou informal.

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mundo do trabalho, não se prendem somente ao trabalho realizado nas cidades, pois são percebidas também no contexto rural, e se dão por meio da invisibilidade de sua força de trabalho, pois as atividades que realizam são consideradas apenas como uma mera “ajuda” e um complemento ao trabalho masculino. O que se confirma no MAPA:

Difícilmente essas mulheres são percebidas como protagonistas daqueles processos, muitas vezes, nem por elas mesmas, o que é pior. Neste contexto, onde os espaços da reprodução e do cuidado (no âmbito doméstico) e da produção guardam uma estreita relação, acabam prevalecendo os códigos e referências da divisão sexual do trabalho, entre os integrantes da família, homens e mulheres, adultos e crianças, assumindo cada um o seu “lugar”, segundo a norma estabelecida. (BRASIL b, 2009, p. 20)

Tradicionalmente, a família brasileira se constituiu de forma à valorizar o trabalho do homem como provedor da casa e do sustento familiar, e a mulher como coadjuvante nessa esfera, onde sua força era vista apenas como um auxílio às atividades realizadas pelo homem, situação esta que vem mudando, no decorrer dos anos, em face de que as mudanças sociais e mercadológicas são constantes, embora ainda existam muitos desafios à serem vencidos.

Percebe-se que o trabalho das mulheres é muitas vezes desvalorizado em relação ao dos homens, pois há o mito de que não se pode conciliar com excelência as diversas

funções deslegitimando a sua busca pela autonomia, e o fato de que podem ir à luta por condições igualitárias em todos os aspectos, como salários equivalentes aos dos homens.

Historicamente as mulheres tem, demasiadamente, seus esforços minimizados, acerca da reestruturação do trabalho à partir da Revolução Industrial, Engels (1975, apud NOGUEIRA, 2004, p.85) afirma que “Pode ser que o salário das mulheres e das crianças tenha baixado menos, mas pela simples razão que já era demasiado baixo”.

As mulheres buscam cada vez mais se capacitarem, dentro dos seus limites geracionais, regionais e financeiros. É possível confirmar isso nos dados do IBGE, à partir da Pesquisa Mensal do Emprego - PME:

O crescimento da escolaridade feminina tem se consolidado nos últimos anos e se manifestado nos diversos setores da atividade econômica. Um exemplo é o comércio, onde, em 2003, as mulheres com 11 anos ou mais de estudo ocupadas nessa atividade totalizavam 51,5%, enquanto os homens com a mesma característica alcançavam 38,4%. Na construção, esses percentuais se diferenciavam ainda mais: 55,4% de mulheres e 15,8% de homens. Em 2011, os percentuais de participação alcançados por elas foram superiores aos dos homens em praticamente todos os grupamentos de atividade. A exceção ocorreu na indústria, onde o crescimento deles foi maior em 1,7 ponto percentual. A superioridade da presença feminina com nível superior também foi verificada nos grupamentos de atividade, com destaque para a construção (atividade majoritariamente desenvolvida do sexo masculino). No entanto, apesar do predomínio de homens, a proporção de mulheres que possuíam nível superior foi bem mais elevada que a deles: 28,6% das mulheres e 4,7% dos homens ocupados na construção em 2011. A administração pública e os serviços prestados à empresas foram os grupamentos que apresentaram as maiores proporções de mulheres, tanto com 11 anos ou mais de estudo, quanto com nível superior. (IBGE, 2012, p. 07)

Outro ponto importante à ser colocado, é justamente a ocupação e a distribuição dos espaços na sociedade civil, no que diz respeito ao gênero. Os cargos considerados mais importantes e que agregam maior valor, são ocupados em sua maioria pelos homens, como cargos políticos e de maior expressão social. Mesmo em vista desse arranjo social desigual, as mulheres cada vez mais estão se sobressaindo no mercado de trabalho, seja ele formal ou não.

Os avanços foram significativos, porém a luta por condições de vida e trabalho mais dignas não podem parar, pois há um longo caminho a se percorrer. Nota-se que infelizmente, a maior inserção da mulher nos espaços, não significa garantias de condições justas, tampouco remunerações equivalentes à dos homens.

2.2 Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres no Brasil

Os textos dessa seção são baseados em informações contidas no Plano Nacional de Políticas para Mulheres. É um projeto do Governo Federal, desenvolvido à partir da

criação da SPM (Secretaria de Políticas para Mulheres), em março de 2003, e consolidando-se à partir das deliberações da 1ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, em 2004. Teve a sua segunda edição elaborada em 2007, à partir da 2ª CNPM consolidando-se em 2008, estando atualmente em sua 3ª edição, cuja conferência ocorreu em 2011, e a concretização das deliberações em 2013. (BRASIL c, 2013, p. 09).

Tem como objetivos gerais criar, implementar, fomentar e acompanhar políticas focalizadas voltadas para as mulheres, respeitando suas diferenças e limitações, sejam elas geracionais, físicas, étnico/raciais ou de qualquer outra natureza possível, norteia-se através de princípios e diretrizes, em que cada eixo conta com objetivos gerais e específicos, metas prioridades e planos de ação.

Os planos de ações, são estratégias definidas para tornar possível a realização dos objetivos, em que cada ação à ser realizada, contará com os ministérios e parceiros específicos e terá o seu público alvo bem definido. O PNPM conta também com o orçamento proveniente de recursos federais, distribuídos entre suas diferentes frentes de atuação.

Objetiva-se ainda, o aperfeiçoamento das políticas já existentes, como por exemplo, no eixo do fomento ao trabalho, a destinação de 30% das vagas para todas as frentes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para as beneficiárias do bolsa família. (BRASIL d, 2008, p 41).

Em vista de que só é possível se constituir uma sociedade justa, e que proporcione aos seus membros o pleno gozo de seus direitos e deveres, com condições favoráveis para o acesso aos direitos sociais, como educação, saúde, segurança, etc. Na falta desses, surgem necessidades de políticas reparadoras, a criação de políticas públicas específicas para as mulheres, se justifica de certa forma, como uma maneira de compensar as mazelas que as foram causadas, bem como a vulnerabilidade à qual foram resignadas.

Um dos diferenciais do plano, é justamente a forma de dialogar com os movimentos sociais e com a sociedade civil organizada, onde a transversalidade é característica indispensável, para que essa troca de experiências ocorra de forma justa e que todas as vozes possam ser ouvidas, à partir de uma gestão mais participativa e descentralizada. Além de ser composto por parcerias com diversos ministérios e parceiros do Governo Federal, como o Ministério do Trabalho e emprego - MTE, o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, e a Casa Civil, para que à partir dessas parcerias seja possível a consolidação dos planos de ações.

As políticas públicas de uma forma geral, são formas de minimizar as tensões e os conflitos sociais existentes, bem como na tentativa de reparar os danos causados à grupos

sociais historicamente marginalizados. Elas veem como uma forma de viabilizar a redistribuição dos recursos e benefícios sociais à esses grupos em situação de vulnerabilidade e risco. O II Plano Nacional de Políticas para Mulheres diz:

[...]Seguem sendo linhas mestras do nosso trabalho: a igualdade; o respeito à diversidade; a equidade; a autonomia das mulheres; a laicidade do Estado; a universalidade das políticas; a justiça social; a transparência dos atos públicos; a participação; e o controle social. (BRASIL d, 2008, p.17)

O plano é coordenado pela Secretaria Especial de Políticas Públicas para mulheres, e monitorado pelo comitê de articulação e monitoramento, e busca dessa forma uma maior inserção da temática do gênero na agenda do governo, onde através dessas discussões com a sociedade civil, e com o movimento feminista, o qual pressiona fortemente as entidades governamentais.

O eixo que diz respeito à maior inserção da mulher no mercado de trabalho, é responsável por criar condições favoráveis e não discriminatórias neste meio. Parte também do princípio da independência financeira e econômica da mulher, à partir do empreendedorismo, associativismo e cooperativismo, proporcionando um maior acesso ao crédito, à programas de capacitação e também ao Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar -Pronaf Mulher.

Embora este estudo não se aprofunde nos outros eixos de atuação do PNPM, como saúde da mulher, educação não sexista, racista e homofóbica, violência, direito à moradia, etc., vale ressaltar, que não se pode desvincular um aspecto do outro, pois todos são de extrema importância para alcançar os objetivos aqui colocados.

Apesar da formação étnico-racial do Brasil ser constituída em sua maioria por pessoas negras, as oportunidades não são equivalentes à esse indicador, por serem submetidas à condições mais precárias e à salários mais baixos que os das mulheres brancas. Pois as mulheres negras são as que mais sofrem por essa realidade, principalmente no que tange ao mercado de trabalho.

Neste mesmo segmento, se desmembram diferentes ações para a proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade, a garantia dos direitos para as trabalhadoras domésticas remuneradas e não remuneradas e a realização de políticas de previdência social inclusiva para as mulheres, e aposentadoria para as donas de casa.

O quadro de prioridades e ações do Governo Federal para ampliar o acesso ao mercado, mostra os respectivos órgãos e parceiros, para tornar possível a realização dessas ações. Para que se tornem economicamente viáveis, cada eixo obteve recursos federais para a

realização prática das ações do plano. No quadro pode-se observar a primeira prioridade, dentre as muitas do eixo trabalho, o qual se baseia na ampliação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho.

Quadro 1- Plano de ação:

Prioridade 1.1. Ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho.

Ação	Órgão responsável	Programa/Ação do PPA	Prazo	Produto	Parceiros
1.1.1. Garantir a reserva de pelo menos 30% das vagas em todas as frentes de trabalho do PAC para mulheres atendidas pela ação de Qualificação e Inserção Profissional de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família.	Casa Civil MDS	Não orçamentária Não orçamentária	2011	Mulher empregada.	SPM, MCid, MTE, MME e empresas vinculada, Governos estaduais.
1.1.2. Realizar ações de sensibilização para incentivar a inserção da jovem aprendiz no mercado de trabalho para propiciar a sua formação e experiência profissional supervisionada.	MTE	Não orçamentária	2011	Jovem atendida	SPM, SG, instituições privadas.
1.1.3. Incentivar a inserção de mulheres no programa Projovem Trabalhador e em todos aqueles de qualificação e inserção no mundo do trabalho.	MTE	Não orçamentária	2011	Mulher atendida.	SPM, SG.
1.1.4. Realizar ações de sensibilização para incentivar a inserção de mulheres com deficiência no mercado de trabalho dentro das cotas para contratação de pessoas com deficiência nas empresas com mais de 100 empregados, previstas pela Lei 8.213/91.	MTE	Não orçamentária	2011	Mulher contratada.	SPM, SEDH.
1.1.5. Atender jovens mulheres de forma prioritária nas ações de formação profissional do Projovem, considerando as dimensões étnico-raciais, de orientação sexual e territorial.	SG	8034/2A95	2011	Jovem atendida.	SPM, SG.
1.1.6. Incentivar a intermediação de mão-de-obra feminina nas ações do 2011 Sistema Nacional de Emprego – SINE.	MTE	0099/2550	2011	Mulher beneficiada .	-
1.1.7. Estimular, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação – PNQ, a participação de mulheres nos cursos de capacitação e qualificação técnica e gerencial.	MTE	0101/4733	2011	Mulher capacitada.	-

1.1.8. Apoiar a realização de cursos de capacitação e qualificação técnica e gerencial para mulheres.	MTE	0101/4733	2011	Mulher capacitada.	-
1.1.9. Apoiar a capacitação de mulheres quilombolas e indígenas para atividades de geração de trabalho e renda.	MTE Seppir	0101/4733 A definir	2011	Mulher capacitada.	MME, Funai.
1.1.10. Criar redes de cooperação no Ministério de Minas e Energia para estimular a inserção de mulheres negras, indígenas e idosas no mercado de trabalho.	MME	Não orçamentária	2011	Rede criada.	SPM, Funai, empresas do setor eletro- energético e mineral.
1.1.11. Realizar campanhas para ampliar o acesso de mulheres a profissões, cargos e funções historicamente ocupadas por homens.	SPM	1068/4641	2011	Campanha realizada.	Secom.

Fonte: BRASIL d, 2008, p. 41-42.

O quadro, mostra o plano de ações da prioridade 1 do II PNPM, no eixo do trabalho, que é o fomento à inserção da mulher no mercado de trabalho, trazendo os ministérios parceiros, o público alvo e as ações que se pretendem realizar, nos prazos estabelecidos.

Dessa forma, os avanços são muitos nos diversos segmentos do plano, ainda no que diz respeito ao eixo trabalho, por exemplo, em 2011, notou-se a maior taxa de crescimento do emprego formal, desde 1985, o que consequentemente incluiu ainda mais mulheres. (BRASIL c, 2013, p. 14)

As políticas públicas veem se modificando em cada edição do plano, aprimorando o diálogo com os movimentos sociais e com as esferas governamentais, como diz a terceira edição do PNPM,

(...), a proposição de políticas específicas de gênero propostas pelo PNPM busca dialogar com todas as esferas governamentais/institucionais, assim como com a sociedade civil. O PNPM é a configuração do resultado de lutas dos movimentos de mulheres que vêm se mobilizando desde o início do século XIX, contra todas as situações de opressão e de discriminação, exigindo a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja pelo coletivo de mulheres. (BRASIL c, 2013, p. 12).

No intuito de se investigar a incidência de políticas públicas para mulheres na cidade de Araguaína-TO, encontrou-se o Centro Regional de Assistência Social- CRAS, onde são realizadas atividades como oficinas de pinturas, de reciclagem (para crianças) e atividades

com idosos, o que contempla em sua maioria as mulheres. (MARTINS, 2015). Dessa forma, percebe-se a carência na cidade desse tipo de apoio governamental, dificultado o acesso aos direitos das mulheres.

Os desafios à serem vencidos na implantação de políticas públicas no Brasil, se dão pelo fato de ser um fenômeno relativamente recente no país. Ações voltadas para a autonomia feminina e igualdade de gênero se consolidaram apenas à partir de 2004, com a primeira edição do Plano. (IPEA, 2011, p. 02). Assim ainda existem muitos desafios para a concretização real desse tipo de políticas.

2.1.1 Princípios e Diretrizes de Políticas Públicas para Mulheres.

Para se articular de forma abrangente, o PNPM se baseia em princípios e diretrizes, os quais foram formulados nas conferências nacionais, com a finalidade de preservar o caráter participativo e igualitário de suas ações, garantindo a transparência e a responsabilidade de todos os membros e órgãos envolvidos direta ou indiretamente, na realização prática dessas políticas.

O Plano é regido por princípios que irão nortear a implementação de políticas para mulheres, garantindo a melhor forma de se realizar as ações e as condutas, respeitando a diversidade embasadas numa gestão transversal para que ocorra uma melhor articulação do Governo com a sociedade civil organizada. Os princípios estão divididos em oito, os quais são: Igualdade e respeito à diversidade, Equidade, Autonomia das mulheres, Laicidade do Estado, Universalidade das políticas, Justiça social, Transparência dos atos públicos, Participação e controle Social.

Os princípios da Igualdade e respeito à diversidade e o da Equidade, veem de encontro com a garantia dos direitos civis, respeitando as diferenças, e entendendo que além da universalidade de políticas, se fazem necessárias as focalizadas para grupos específicos, como as diferenças existentes em grupos de mulheres, como negras, lésbicas, e economicamente vulneráveis, como forma de reparar a desigualdade de cada um desses grupos. A Equidade, vem para garantir não apenas o acesso aos espaços públicos, mas também com um tratamento equivalente ao que é dado aos dos homens, bem como a igualdade salarial, e jornadas de trabalho equiparadas.

O princípio da Autonomia das mulheres, traz a discussão do poder de decisão sobre suas próprias vidas e corpos, proporcionando assim a liberdade de decisão em todas as

esferas sociais, sob a luz da constituição. Embasa também a criação de políticas que viabilizem a desconstrução de toda a subordinação histórica à qual as mulheres foram designadas. O princípio da Laicidade do Estado, possibilita a criação e manutenção de políticas de forma neutra, desarraigada de princípios religiosos, adentrando novamente na questão da autonomia, e da imparcialidade.

A Universalidade das políticas, pressupõe que estas sejam para todas as mulheres, sem distinção alguma, tornando possível o acesso de forma justa e democrática, em que todas as mulheres do país possam ser beneficiadas. O princípio da Justiça social, remete à ideia da redistribuição dos recursos concentrados, pois as mulheres são ainda mais fragilizadas nesse sentido.

A transparência dos atos públicos, baseia-se no respeito e na legitimidade dos atos, garantindo assim os princípios da administração pública. Prevê a clareza e a divulgação da destinação dos recursos aplicados em cada setor aqui mencionado. O princípio da Participação e controle Social, é justamente aquele que vai priorizar e orientar uma plena participação na elaboração dessas políticas. Ninguém melhor que o próprio público alvo do Plano, para dialogar com mais propriedade acerca das demandas e, da manutenção das políticas já existentes levando em consideração os pontos fracos e fortes das articulações.

Dessa forma, os princípios, articulam-se em todos os aspectos sociais, econômicos e políticos, direcionando a elaboração e execução dessas políticas, bem como a garantia da sua universalidade. Proporcionando também a inserção da mulher nos espaços públicos, principalmente na elaboração, execução e fomento das políticas.

Estabeleceram-se nas conferências, algumas diretrizes a serem seguidas, estas dizem respeito à implementação de políticas, respeitando as diversidades regionais, raciais e étnicas e assegurando os direitos humanos voltados para as mulheres.

Orienta-se também o combate à exploração sexual da mulher, e a utilização de sua imagem como mercadoria sexual, reconhecer que essa opressão é histórica e estrutural, sendo responsabilidade de todos e principalmente do Estado, proporcionando a ruptura dessa problemática naturalizada. Ou seja, sem o reconhecimento da violência de gênero em todos os seus aspectos, é impossível avançar nesse âmbito.

Uma questão indispensável para a execução eficiente e eficaz das políticas aqui explanadas, é a destinação adequada dos recursos Federais para o fomento e continuidade dessas, bem como a divulgação de indicadores de mudanças positivas e pontos negativos à partir do estudo da aplicação prática das ações. São necessárias também pesquisas científicas de qualidade, para a acumulação de conhecimento sobre o assunto, o que possibilita mais

abrangência da problemática em questão, proporcionando uma melhor articulação de políticas focalizadas para os diferentes grupos de mulheres. Por essa ótica, percebe-se a preocupação de que essas políticas realmente façam a diferença na vida de cada mulher, e possibilite um maior acesso à saúde, educação, lazer, cultura, política, e educação inclusiva, o que consequentemente traz melhorias na qualidade de vida e na autoestima. As Diretrizes dispostas no PNPM são vistas no quadro à seguir:

Quadro 2: diretrizes do PNPM:

Garantir a implementação de políticas públicas integradas para a construção e a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia;
Garantir o desenvolvimento democrático e sustentável levando em consideração as diversidades regionais, com justiça social, e assegurando que as políticas de desenvolvimento promovidas pelo Estado brasileiro sejam direcionadas à superação das desigualdades econômicas e culturais. Isto implica a realização de ações de caráter distributivo e desconcentrador de renda e riquezas;
Garantir o cumprimento dos tratados, acordos e convenções internacionais firmados e ratificados pelo Estado brasileiro relativos aos direitos humanos das mulheres;
Fomentar e implementar políticas de ação afirmativa como instrumento necessário ao pleno exercício de todos os direitos e liberdades fundamentais para distintos grupos de mulheres;
Promover o equilíbrio de poder entre mulheres e homens, em termos de recursos econômicos, direitos legais, participação política e relações interpessoais;
Combater as distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres, como a exploração sexual, o tráfico de mulheres e o consumo de imagens estereotipadas da mulher;
Reconhecer a violência de gênero, raça e etnia como violência estrutural e histórica que expressa a opressão das mulheres e que precisa ser tratada como questão de segurança, justiça e saúde pública;
Reconhecer a responsabilidade do Estado na implementação de políticas que incidam sobre a divisão social e sexual do trabalho; na importância social do trabalho tradicionalmente delegado às mulheres para as relações humanas e produção do viver; na importância dos equipamentos sociais e serviços correlatos, em especial de atendimento e cuidado com crianças e idosos;
Contribuir com a educação pública na construção social de valores que enfatizem a importância do trabalho historicamente realizado pelas mulheres e a necessidade da criação e viabilização de novas formas para sua efetivação;
Garantir a inclusão das questões de gênero, raça e etnia nos currículos escolares, reconhecendo e buscando formas de alterar as práticas educativas, a produção de conhecimento, a educação formal, a cultura e a comunicação discriminatórias;
Garantir a alocação e execução de recursos nos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais para a implementação das políticas públicas para as mulheres;
Elaborar, adotar e divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população afro-descendente e indígena, como subsídios para a formulação e implantação articulada de políticas públicas de saúde, previdência social, trabalho, educação e cultura, levando em consideração a realidade e a especificidade urbana e rural. Conferir especial atenção à implantação do quesito cor nos formulários e registros nas diferentes áreas;
Formar e capacitar servidores/as públicos/as em gênero, raça, etnia e direitos humanos, de forma a garantir a implementação de políticas públicas voltadas para a igualdade;
Garantir a participação e o controle social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, colocando à disposição dados e indicadores relacionados aos atos públicos e garantindo a transparência de suas ações;
Criar, fortalecer e ampliar os organismos específicos de direitos e de políticas para as mulheres no primeiro escalão de governo, nas esferas federal, estadual e municipal.

Fonte: (BRASIL d, 2008, p. 28,29.)

Princípios e diretrizes esses firmados na Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPM), com o objetivo “normatizar” o plano, com fundamentos dos quais não possam ser abandonados, garantindo uma mais completa forma de organização e metodologias à serem seguidas, fortalecendo as parcerias com os ministérios, bem como a garantia da credibilidade para com o seu público alvo e toda a sociedade, que direta ou indiretamente é também responsável pela realização das ações.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho foi constituído à partir da utilização da pesquisa qualitativa, buscando explicitar as origens das dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mundo do trabalho. GERHARDT e SILVEIRA, diz que:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32).

A pesquisa à campo, objetivou a investigação da visão das mulheres do mercado acerca das políticas propostas no Plano. “A pesquisa de campo consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem” LAKATOS e MARCONI (1999 *apud* BALLÃO, 2012, p. 30). Essa investigação foi possível, através da coleta de relatos de experiências das mulheres empreendedoras no mercado municipal de Araguaína, através de questionários semi-estruturados, onde, as entrevistas foram gravadas com autorização prévia de cada entrevistada, e em seguida transcritas. O levantamento histórico do local de trabalho delas, foi feito à partir de informações obtidas com o próprio coordenador do local.

O objetivo da pesquisa de campo foi conhecer a realidade empreendedora das mulheres que trabalham no mercado, bem como a mudança de vida dessas mulheres à partir do trabalho ali realizado, bem como as experiências antecedentes ao mesmo, e as mudanças e realizações ali conquistadas. Entre as 92 barracas registradas em nome de mulheres, apenas 30 delas foram encontradas, e destas, apenas 9 aceitaram ser entrevistadas. Vale aqui ressaltar, a dificuldade em obter as entrevistas, pois haviam certos receios em passar qualquer tipo de informações acerca da vida e do trabalho, principalmente por serem entrevistas gravadas, os quais não podem ser aqui afirmados.

Os relatos foram estruturados basicamente em 6 temáticas principais: Tempo de trabalho, fonte de renda, acesso à programas sociais, acesso à políticas públicas, satisfação e realização pessoal e conhecimento das políticas dispostas no PNPM.

Conduzidos de forma livre, sem imposições, deixando o diálogo fluir de acordo com o encaminhamento da entrevista. Ao longo delas, cuidou-se pra que elas se sentissem-se à vontade para contar suas experiências de vida, e deixar surgir dessa forma, os relatos.

Optou-se por questionar o tempo de permanência ali, para que através desses dados fosse possível averiguar a rotatividade ali existente, a qual, de acordo com as experiências relatados é pequena, sendo que muitas trabalham há mais de vinte anos no mesmo local.

A pesquisa também tem caráter exploratório, visando uma maior familiaridade com o assunto exposto, bem como a busca de relatos de experiências, tornando assim o tema mais abrangente. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 35). À partir dela, pode-se ter um maior conhecimento de como se dão as relações de trabalho das mulheres do mercado, quais motivos as levaram a trabalhar ali, e o nível de satisfação pessoal delas.

4. RELATO DE EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES EMPREENDEDORAS NO MERCADO MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA

4.1 Análise dos dados conhecidos na pesquisa

Os resultados das experiências analisadas, foram organizados em seis eixos, para uma mais clara análise e observação dos mesmos: Tempo de trabalho, fonte de renda, acesso à programas sociais, acesso à políticas públicas, satisfação e realização pessoal e conhecimento das políticas dispostas no PNPM.

A maioria delas, 55,55%, trabalha em média à 20 anos no mercado, e na maioria foi o seu primeiro emprego, ou até mesmo para fugir do trabalho doméstico, o qual se sabe que é muito desgastante e mal remunerado.

Quase todas, tem o trabalho empreendedor como única fonte de renda, onde 90% não possui outra fonte, e apenas uma é aposentada. Quanto ao acesso à programas sociais, apenas 22,22% são beneficiárias do bolsa família, e apenas 11,11% faz parte do programa de acesso à moradia, minha casa minha vida, que também é um dos eixos de ação do PNPM. Quanto à satisfação e realização pessoal, 77,77% dizem estarem satisfeitas com seu trabalho,

com a autoestima elevada e felizes por suas conquistas. Quando questionadas se já ouviram falar no PNPM, 88,88% nunca ouviram falar.

Nos relatos, é possível perceber, apesar da satisfação pessoal, tristeza por não terem nenhum tipo de apoio ao trabalho que realizam, como cursos de capacitação técnica, e acesso ao microcrédito como microempreendedoras, junto ao MTE. Nota-se também, o medo pela atual conjuntura econômica, que interfere diretamente nas vendas, e como é a única fonte de renda delas, faz toda a diferença no orçamento familiar de cada uma.

De certa forma, apesar da insatisfação implícita nas falas das mulheres, devido ao “esquecimento” governamental para com as políticas focalizadas, é possível notar a satisfação em cada uma, que através do trabalho empreendedor têm o seu sustento.

4.2 Um pouco da história do Mercado Municipal de Araguaína

O mercado municipal de Araguaína, localizado no setor central da cidade, na rua vinte e um de Abril, conta atualmente com 262 pontos de vendas, sendo destas, 92 são de mulheres, onde se realizam as vendas dos mais variados tipos de produtos: roupas, calçados, alimentos, remédios caseiros, utensílios domésticos e vários outros produtos. Percebe-se que o mercado, proporciona certa movimentação da economia local, com seus diversos segmentos de produtos e serviços, contando ainda com uma feira livre aos sábados, onde as tendas são montadas e a rua paralela fica cheia delas.

A Fundação de Atividade Municipal Comunitária (FUNAMC), conta com o cadastro de pessoas pagadoras pelas barracas, no entanto não foi possível realizar o levantamento desses dados mais precisos. O coordenador do mercado, disponibilizou informações relativamente desatualizadas acerca dos proprietários dos pontos de venda, pois ao que parece alguns não estavam mais ali, porém o cadastro ainda não havia sido atualizado. Segundo ele, existe uma grande parceria com o SEBRAE, para a realização de cursos de capacitação de mulheres que realizam atividades no ramo alimentício, para uma melhor atuação nesta área, apesar de que não foi possível conversar com as mulheres da parte dos restaurantes, para verificar a existência dessa parceria.

Na biblioteca pública municipal da cidade, não há relatos acerca da fundação, construção e inauguração das instalações do mercado, e para tanto, essas informações foram colhidas à partir de entrevista com o coordenador do local, e do mais antigo vendedor de peixes do mercado, que já estava ali até mesmo antes de ser inaugurado pela primeira vez.

Atualmente conta com barracões para a feira aberta, com a parte das bijuterias e restaurantes e com as barracas de remédios, os quais são bastante frequentados na região por oferecer comidas muito apreciadas. Possui também as lanchonetes, os açougues e as barracas de queijo. Antes da sua inauguração oficial em 1978 pelo então governador de Goiás Irapuan Costa Junior, quando o estado do Tocantins ainda não havia sido desmembrado Goiás, as barracas eram feitas de tábua e lona, e o chão não era calçado, e os vendedores dali enfrentavam dificuldades mais severas que as enfrentadas hoje.

Vale também ressaltar, que antes de se concentrarem ali, as feiras também aconteceram na Praça das Bandeiras (para a reforma do local) e onde hoje se localiza o Colégio Guilherme Dourado. A prefeitura de Araguaína também realizou recentemente a reinauguração do local, para a melhor realização do trabalho dos empreendedores locais, através da Secretaria Municipal de Obras, em 2011, na gestão do Prefeito Félix Valuar de Sousa Barros.

4.3 Relato de experiências de mulheres empreendedoras residentes no Mercado Municipal de Araguaína

O Plano Nacional de Políticas para Mulheres tem por objetivo atingir o maior número possível de mulheres através dos seus planos de ação, e seus objetivos principais, distribuídos em seus diferentes eixos de atuação. O relato buscou, de forma suave, entender um pouco da história de cada mulher ali presente, e que elas estivessem livres para contar suas experiências de vida e trabalho, e à partir disso, realizar-se a investigação da abrangência dessas políticas públicas aqui demonstradas.

Quando questionadas sobre incentivos governamentais ao empreendedorismo, e ao incentivo à educação profissionalizante, segundo as entrevistas, parece não existir esse tipo de trabalho ainda com essas mulheres, até mesmo com as beneficiárias do Bolsa Família, como pode ser visto nos relatos à seguir:

“Não, não tem incentivo não, só isso aqui mesmo, o que eu tinha do governo era o bolsa família, que eles cortaram porque disse que eu não tinha mais necessidade daquela bolsa família. Eu tive que assinar, porque se eu não assinasse pra abrir mão dele, eles iam fazer eu devolver o que eu tinha pego de um ano pra cá, e eu teria que devolver. E iam entrar na justiça pra poder tomar.” (Z. B. C)

“Aqui mesmo no mercado acho que não chegou não, porque eu não ouvi falar aqui não. (D. S.)

“Tudo é pelo meu esforço, tudo que eu consegui na minha vida foi trabalhando. Até essa aposentadoria foi porque eu paguei o INSS vinte e cinco anos.” (D. P.S)

“Não, nunca, porque na época que eu tive meus filhos não tinha esse negócio de bolsa família, nada. Nunca recebi nada de governo na minha vida. Eu tenho cinquenta anos que moro dentro do Tocantins. Tudo aqui é meu esforço, trabalhei, trabalhei, trabalhei, eu era uma doméstica do dia e da noite, até quando eu digo, menino: um dia eu saio dessa vida...” (F. C. M, setenta e três anos)

“Nada, já veio uma mulher aqui já, a mesma coisa...Meu marido morreu, fiquei com três filhos dele, e nunca consegui, se a gente não pagar o INSS... Eu larguei de mão” (I. R. S)

Nota-se também, a oportunidade de abandonar o trabalho doméstico, para poder ter uma vida mais tranquila, tendo em vista o enorme esforço físico que demanda esse segmento, as mulheres relataram a satisfação em poder ter uma vida diferente à partir do seu próprio negócio. A maior parte delas, teve seu primeiro emprego ali, ou trabalhava como doméstica, e a felicidade em poder ser independente mesmo com o pouco, era claramente visível. Muitas delas trabalham à bastante tempo no mercado, sendo esta a principal fonte de renda e sustento familiar, e a satisfação em, à partir do seu próprio trabalho, minimizar as dificuldades em partes, da realidade desigual à qual foram destinadas. São diferentes os desafios ali presentes, do todo e individualmente, mas é fortemente visível a vontade de vencer de cada uma, atrelada ao poder de mudança do trabalho empreendedor, conforme se constata nas falas de cada uma delas:

“Aí eu sustento meus filhos, porque aqui é um trabalho mais maneiro porque eu já sou uma mulher de idade, já tenho minha idade bem avançada, já tenho setenta e três anos, aí já ‘tô’ velha. A gente cansa né? até quando eu digo, menino: um dia eu saio dessa vida... Mas sempre eu pedia ao meu Deus: Deus me dê uma chance de eu ter outro comércio... Lanche eu abusei porque é pesado, me dê outra chance pra eu ir tocando meu raminho, ser independente. Porque filho ganha pouco, já tem as famílias... (F. C. M, setenta e três anos)

“Minha fia eu não tenho muito o que falar não, porque eu me conformo com pouca coisa, é porque eu sei que não vem, não vai melhorar nada, então também nunca me acomodei, mas nunca consegui sair do lugar, só por aqui mesmo isso aqui que você tá vendo... Mas a gente almoça, janta, toma café, compra os remedinhos, então ...” (D. P.S)

O trabalho se torna precário pela falta de garantias presentes e futuras, pois se elas adoecem e precisam se ausentar, são dias perdidos que não serão resguardados por ninguém, tampouco auxílio doença e aposentaria, exceto se for de forma particular. São em sua maioria, mães, casadas, com idade avançada e com baixa escolaridade. As jornadas de trabalho são excessivas também, pois chegam no local bem cedo, e permanecem até o anoitecer, almoçando ali mesmo. Como são comerciantes, dependem exclusivamente do mercado e de como será o movimento de vendas. Como pode se notar nos relatos abaixo:

“E não vende... A situação ruim é por isso. Aí o povo diz: não tá ruim é pelos governos, e eu não sei porque é, que a gente todo dia tá aqui, mas que a venda é fraca é...” (F.C.M, setenta e três anos)

“Antes da crise aumentar tinha mudado muita coisa, essa crise minha amiga... Eu estou à procura de outro, mas até agora tô só aqui mesmo.” (L.H.M.S)

Quando foi apresentado o PNPM para elas, de forma simplificada, com o intuito de investigar o acesso à alguma política ou programa do Governo Federal, no âmbito do trabalho, saúde e educação, a maioria delas nem se quer conhecia e tampouco tinha acesso às políticas direcionadas às mulheres. E nessa mesma linha, surgiram também as dificuldades vivenciadas, de como conseguiram evoluir de certa forma sem nenhum tipo de incentivo governamental, para a melhoria do seu ambiente de trabalho, nem mesmo de capacitação em suas áreas específicas, o que se nota nos relatos:

“Agora minha renda era essa. Primeiramente eu trabalhava com lanchonete, apesar que tem até mais de 20 anos, porque com lanchonete eu mexi uns 15 anos, mudei pra esses aqui, aqui a gente vai levando...Num vende que é fraco, você sabe que as coisas tão fracas né?” (F.C.M, setenta e três anos)

“Porque meus meninos tudo é casado, tudo é fora, e eu vivo sozinha, aí eu digo: menino se eu não tiver uma coisa pra eu ‘interter’ eu enlouqueço... Aí eu fico aqui, se vender bem, se não vender...” (F.C.M, setenta e três anos)

“Aqui era do meu menino, e ele teve um problema foi obrigado operar em São Paulo, aí eu sou o pai dele e sou mãe, pra ir embora pra São Paulo. Eu não trabalhava ficava só em casa. “Eu não dou mais conta de trabalhar, a senhora toma conta”, disse o filho. Foi um problema sério, tipo assim começando o câncer... Não recebo bolsa família, não recebo nada de nada...” (I.R.S)

À partir desses relatos, pode-se observar a visão dessas mulheres acerca das políticas públicas, bem como a ausência delas em suas vidas. E apesar da satisfação com seu trabalho, demonstram também a tristeza por não estarem inseridas em programas que seriam importantíssimos para a melhoria de suas condições de trabalho e incluídas de forma mais justa na sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À partir do relato das experiências das mulheres empreendedoras do mercado municipal, pode-se perceber que além da subsistência, um dos objetivos do trabalho ali exercido, de fato é a realização pessoal e a autoestima. Como uma entrevistada relatou “vender é importante, mas só o fato de eu sair de casa e ver gente, faz eu me sentir melhor”, (F.C.M). Dessa forma, entende-se que a inserção no mercado de trabalho através de políticas

públicas vai bem além do aspecto financeiro, pois influencia diretamente a saúde física e mental, bem como a realização pessoal de se inserir no mercado de trabalho.

A contribuição do presente artigo, em vista das falhas da articulação das políticas públicas voltadas para as mulheres, é no sentido de que faltam ações mais contundentes na cidade de Araguaína, junto à Prefeitura, o Estado, e o Governo Federal, para viabilizar o acesso dessas mulheres às políticas existentes, para que não fique “apenas no papel”. Não só no que diz respeito ao eixo trabalho do plano, mas à todos os eixos, proporcionando mais cidadania às brasileiras que lutam por uma qualidade de vida melhor.

Mas o que não se pode negar, é a força de trabalho ali presente, e a vontade de vencer de cada uma, que apesar dos obstáculos, não se deixam abater, e estão nos seus postos todos os dias, na esperança de condições melhores. São mulheres que lutaram em busca de seus objetivos e que mesmo com poucas conquistas e sem nenhuma espécie de fomento ou capacitação não desistiram de seus objetivos.

Fica então, a presente contribuição nos estudos acerca do real alcance das políticas focalizadas e os pontos fracos à serem melhorados, viabilizando um maior e melhor acesso de todas as brasileiras que necessitam dessas ações governamentais, para alcançarem condições dignas, tendo uma vida plena, gozando dos direitos civis aos quais lhes são assegurados por lei.

Um ponto importante a ser analisado, além de abordar a grande importância das políticas pública de gênero para a sociedade, é a necessidade de um maior monitoramento e fiscalização das esferas públicas e dos recursos aplicados, bem como pelo comitê responsável pela articulação e monitoramento do plano. Pois não somente as mulheres que trabalham no mercado municipal, enfrentam dificuldades que poderiam ser minimizadas e na melhor das hipóteses extintas, mas são prejudicadas por não terem acesso ao que lhe é de direito. Encontrou-se também, dificuldade na localização de informações práticas, acerca dos avanços reais à partir das políticas, o que é previsto no próprio plano, e que funciona como um retorno para a responsabilidade social. Mas não cabe aqui, esgotar o debate sobre políticas públicas para mulheres, pelo contrário, objetiva incentivar a continuidade de estudos acerca dos impactos positivos e a divulgação dos dados estatísticos.

6. REFERÊNCIAS

BALLÃO, Carmen. **Metodologia da pesquisa** / Carmen Ballão [et al.]. – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2012.

BRASILa. República Federativa do. SPM. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Políticas Públicas Para as Mulheres. Políticas Públicas para Mulheres: Conceitos e Desafios.** Brasília, S/D.

BRASILb. República Federativa do. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. -Brasília: MAPA/ACS, 2009.

BRASILc. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASILd. República Federativa do. SPM. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Emprego – PME.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br> > Acesso em 10/05/2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Nota Técnica. **Planejamento e Financiamento das Políticas para as Mulheres: possibilidades para o Plano Plurianual 2012-2015.** Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br> > Acesso em 01/06/2016.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na idade média.** 5ª ed. – revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2002. – (repesando a história).

MARTINS, Helaisy. Cursos gratuitos da Prefeitura de Araguaína têm grande aceitação no Setor Céu Azul. **Portal do Tocantins.** Tocantins, 18 de mai.2015. Disponível em: <<http://www.portaldotocantins.com/>Acesso em 01/06/2016.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho; entre a emancipação e a precarização.** Campinas. SP. Autores associados, 2004.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: SILVEIRA, Denise Tolfo e GERHARDT, Tatiane Engel, organizadoras. **Métodos de Pesquisa.** Rio Grande do Sul: 2009.